

Trabalhadores argentinos denunciam medidas contra mobilizações



Rodolfo Aguiar

Buenos Aires, 14 dezembro (RHC) A Associação de Trabalhadores do Estado (ATE) da Argentina disse hoje que não aceitará nenhum condicionamento do exercício constitucional de mobilização e protesto e condenou as medidas anunciadas pelo governo.

Em um comunicado, a organização lembrou que as manifestações e greves estão protegidas pela constituição nacional e pelos tratados internacionais de direitos humanos, dos quais a Argentina faz parte.

Por sua vez, o secretário geral da ATE, Rodolfo Aguiar, criticou a decisão do governo de Javier Milei de impedir a realização de manifestações.

Essa medida tem como objetivo atacar as consequências e não as causas dos protestos. "Se eles não quiserem conflitos, devem parar com o ajuste e aumentar os salários", disse Aguiar.

Hoje, o Conselho de Direção Nacional da ATE aprovou definir um plano de ação e declarar estado de alerta e assembleia permanente, repudiar e rejeitar qualquer possibilidade de demissão e realizar ações diretas até o final do ano.

À tarde, a Ministra da Segurança, Patricia Bullrich, anunciou que as quatro forças federais intervirão se houver cortes, piquetes e bloqueios parciais ou totais de ruas e lugares públicos.

Ela informou da implementação de um novo protocolo para manter a ordem, do qual participarão a Gendarmaria, a Prefeitura Naval, a Polícia de Segurança Aeroportuária e a Polícia Federal, bem como o serviço penitenciário.

Da mesma forma, indicou que os autores, cúmplices e instigadores "desse tipo de crime" serão identificados, bem como os veículos utilizados, que serão apreendidos se não estiverem em conformidade com as normas de trânsito e se seus motoristas não tiverem os documentos necessários.

Se eles saírem às ruas, haverá consequências. Os cortes acabaram e os policiais que não quiserem atuar também serão responsabilizados, disse.

Ao tomar conhecimento dessas medidas, a ex-candidata presidencial da Frente de Esquerda, Myriam Bregman, descreveu as mesmas como absolutamente inconstitucionais.

O direito de protestar é o primeiro, porque sem o mesmo podem violar os outros e não há como impedir isso, disse ela. (Fonte: PL)

<https://www.radiohc.cu/pt/noticias/internacionales/342100-trabalhadores-argentinos-denunciam-medidas-contra-mobilizacoes>



Radio Habana Cuba